

SANIDADE | PÁG 02



Mala Direta Postal

1000015118-8/2006-DR/PR

FAEP

-CORREIOS---

FUNDO DE CATÁSTROFE Aprovado!

27

Livre de aftosa sem vacinação

» A força política da FAEP em defesa da Agropecuária

SEMINÁRIO | PÁG 13

Capa

Erradicação da Aftosa e oportunidades de mercado



Exportações

O maior exportador de proteína animal é verde e amarelo

Artigo

A opinião do presidente da FAEP

Propostas

O Sul maravilha apresenta suas sugestões

Imagens

Cenas com personagens do Seminário

Via Rápida

A imprensa, o louva a Deus. Sete vidas, Jorge III e o amor é lindo!



Cursos SENAR-PR

Agrotóxicos, silvicultura, capacitação e Mulher Atual

Fundo de catástrofe

Bilhões para seguro

Direto ao produtor

Sisbi e despedida

Trigo

Classificação do cereal



Seminário da FAEP reúne autoridades, entidades, lideranças e 1,6 mil produtores paranaenses

sse grande projeto para a economia paranaense foi lançado no início de março pela Secretaria de Agricultura, com apoio da FAEP e FUNDEPEC (Fundo de Desenvolvimento da Pecuária) e antes que terminasse o mês já alcançou seus primeiros resultados. Durante a quinta feira, dia 18, a FAEP demonstrou sua força de aglutinação e mobilização, atraindo cerca de 1,6 mil produtores rurais, principalmente componentes dos Conselhos de Sanidade Agropecuária, técnicos, políticos e empresários ao Teatro Positivo, em Curitiba. Entre eles estava o secretário nacional da Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Inácio Kroetz. Culminando com uma detalhada exposição sobre as oportunidades que o mercado exportador de carnes bovina e suína pode significar, ele reconheceu que o Paraná está capacitado e tem condições de levar adiante o processo de reconhecimento de área livre de febre aftosa sem vacinação. Com isso, o Paraná poderá suspender, já a partir de novembro de 2010, as campanhas de vacinação.

Fotos desta edição (Seminários FAEP): Cleverson Beje, Lineu Filho e TemaPhoto



"O próximo presidente"

No mesmo dia a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) com apoio da FAEP, realizou seu último (e mais concorrido) seminário "O que esperamos do próximo presidente", desta vez com as propostas dos três estados do sul. O objetivo é obter um consenso de propostas dos produtores brasileiros sobre ações necessárias ao agronegócio, único setor da economia nacional que proporciona saldos positivos na balança comercial do país, ou seja, exporta muito mais do que importa. Nos dias 24 e 25 as sugestões serão analisadas e fechado um único documento. Posteriormente, serão encaminhadas aos candidatos à presidência da República (quando formalizarem suas candidaturas) e aos presidentes de partidos. Esses dois temas - as propostas aos presidenciáveis como a questão da aftosa - terão interferência direta não só no homem do campo, mas em toda a sociedade paranaense e brasileira.

Produtores de todo o Paraná marcam presença no Teatro Positivo em Curitiba

Para isso ocorrer, porém, deverá ser ampliado e ganhar maior eficiência o serviço de vigilância sanitária do governo do Estado em parceria com a iniciativa privada. Também haverá restrições para o trânsito e importações de animais oriundos de outros estados que também são áreas livres de febre aftosa, mas que ainda tenham vacinação.

As determinações da Instrução Normativa 44, do Ministério da Agricultura regerá esse processo daqui para frente, com as orientações de que não pode haver a possibilidade de circulação de vacina ou do vírus no Estado.

"O Paraná é um estado com condições de liderar o processo de erradicar a aftosa no País, conforme prioridade estabelecida pelo ministro Reinhold Stephanes, quando assumiu o ministério", disse Kroetz, "porque aqui o governo do Estado conseguiu se harmonizar com a iniciativa privada para atingir a meta, numa demonstração de que o tema é de interesse de todos e que ninguém resolve sozinho", afirmou.



O Paraná é um estado com condições de liderar o processo de erradicar a aftosa no País"

INÁCIO KROETZ, secretário nacional da Defesa Agropecuária, do MAPA

Us précandidatos

Um olho no boi, outro no eleitorado

início de abril, quando se comemora o sábado de aleluia, o dia da mentira e a Páscoa (a Boa Nova) é o prazo final para a desincompatibilização de quem ocupa cargos públicos executivos. Eles estarão obrigados a deixar seus cargos, caso desejem se candidatar nas eleições de outubro para as Assembleias Legislativas, Câmara Federal, Senado e presidência da República. É o começo efetivo das articulações de partidos e lideranças que culminam nas convenções marcadas para a segunda quinzena de junho.

Nesse cenário, naturalmente conturbado pelas disputas políticas, os pré-candidatos ao governo do Estado, Beto Richa, Osmar Dias e Orlando Pessuti, além do governador Roberto Requião, estiveram no encontro promovido pelo Sistema FAEP. Embora a questão da aftosa fosse predominante, ela também serviu de fio condutor a discursos de cores nitidamente eleitorais.

Numa época em que a televisão e a internet colocaram os comícios como mera sessão nostalgia em períodos eleitorais, os três pré-candidatos, diante de quase 2 mil produtores e da imprensa, buscaram dar seus recados sobre a agropecuária paranaense.

A busca desse novo "status" em relação à aftosa foi do atual governo do Estado, mas as necessárias medidas complementares para obtê-la dependem também do governo interino que se instala em 1º de abril e do futuro governador a partir de 1º de janeiro de 2011. O agrônomo Osmar e o veterinário Pessuti são experientes ex-secretários da agricultura, mas o engenheiro Beto Richa costurou um discurso agradável aos ouvidos dos produtores.

Como estavam diante de produtores de todo o Estado, portadores de títulos eleitorais e influentes em suas comunidades, cada um dos pré-candidatos, a seu modo, historiou realizações na administração pública e se posicionou sobre os principais problemas da agropecuária. Política agrícola, meio ambiente, logística, tecnologia e insegurança jurídica formaram o mosaico dos discursos. O importante é que Pessuti, Osmar e Beto assumiram o compromisso de, se eleitos, prosseguir nas etapas que terão de ser cumpridas para tornar o Paraná livre de aftosa, dando mais um verniz ao campo paranaense, responsável pela maior produção de grãos do país. Afinal, só assim o Estado estará em condições de conseguir o reconhecimento internacional de área livre de febre aftosa sem vacinação. Isso poderá ocorrer em maio de 2011, quando se reunirão, em Paris, os membros da Organização Mundial de Sanidade Animal (OIE).







Até 31 de dezembro temos muita coisa a fazer"

Espero manter esse compromisso até 2014"

Orlando Pessuti

Queremos
mudanças no
código ambiental,
mas o produtor deve ser
premiado por preservar
a água e o solo"

Assumo o
compromisso do
certificado de sanidade
sanitária com os
agricultores"

Osmar Dias

Não podemos ter baderneiros

Criação dos CSAs foi decisiva para o combate à febre aftosa"

Beto Richa

Seminário marca despedidas

Governador Requião e secretário Bianchini deixam cargos para disputar eleições

Seminário Paraná livre de aftosa sem vacinação, realizado no Teatro Positivo, em Curitiba, também marcou a despedida do governador Roberto Requião e do secretário de Agricultura e Abastecimento, Valter Bianchini. Os dois concorrerão às eleições de outubro e por isso deixarão seus respectivos cargos. Requião fica no governo até o dia 31 de março, quando entrega a cadeira do Palácio Iguaçu ao vice-governador Orlando Pessuti. Já Bianchini, embora tivesse determinação de seu partido (PT), deixou a Seab no dia 19 de março, após o seminário sobre febre aftosa.

Bianchini, que deve concorrer a uma vaga na Assembléia Legislativa, disse estar confiante na resposta do Ministério da Agricultura sobre o pedido paranaense. "Todo o setor está pronto para,em novembro, suspender a vacinação contra a aftosa e ter uma boa base organizada", afirmou o secretário. No seu discurso de despedida, ele fez um relato de sua reconhecida e eficiente passagem pela SEAB, onde conseguiu com competência e diplomacia articular e executar uma série de programas com produtores e empresários rurais.

Já o governador Requião confirmou que concorrerá ao Senado, mesmo sendo pré-candidato à presidência pelo PMDB. "Mas vou perder (na convenção do partido) em Brasília, porque o PMDB já está negociado, então vou sair ao Senado", disse o governador. Ele foi responsável pelo discurso de encerramento do seminário promovido pela FAEP. "Tivemos a briga da aftosa juntos. Hoje buscamos esse novo status. Cabe a mim, diante de vocês, fazer minha despedida porque no início do mês que vem saio para participar das eleições", declarou .







Valter Bianchini

Boletim Informativo do Sistema FAEP nº 1088 | semana de 22 a 28 de março de 2010 |

FAZENDAS-MODELO PARA UE Fazenda Central - Retiro Lais Campina Da Lagoa Fazenda Pingo de Ouro Cidade Gaúcha Fazenda Portuguesa Cidade Gaúcha Fazenda Progresso Cornélio Procópio Fazenda Santa Ida Faxinal Fazenda Três Pousos Guairacá Fazenda Água Doce Fazenda Entre Rios Guaraniaçu Fazenda Estrela Icaraíma Icaraíma Fazenda São José Sitio Sao Vicente Jacarezinho Leópolis Fazenda Santa Alice Fazenda Adamantina Loanda Luiziana Fazenda Santa mônica Fazenda Klabin Luiziana Mandaguaçu Fazenda 3 Corações Maria Helena Fazenda Nossa Senhora da Glória Medianeira Fazenda Estrela Nova Fátima Fazenda cachoeira Ortigueira Fazenda Pecuama Paranavaí Fazenda São Joaquim Paranavaí Fazenda Santa Cruz do Noroeste Paranavaí Fazenda Jaborandi Sitio Pelisson Paranavaí Fazenda Santa Rita Paranavaí Paranavaí Fazenda Santo Antonio Paranavaí Fazenda Soumailli Paranavaí Fazenda São Domingos Fazenda São Francisco Paranavaí Paranavaí Fazenda Bonanza Estância Paraná Paranavaí Porto Rico Fazenda Lider Querência Do Norte Fazenda Santa Matilde São Pedro Do Paraná Fazenda Verde Amarelo Fazenda Estrela Vermelha **Xamhrê** Xambrê Fazenda Casa

Domínio br

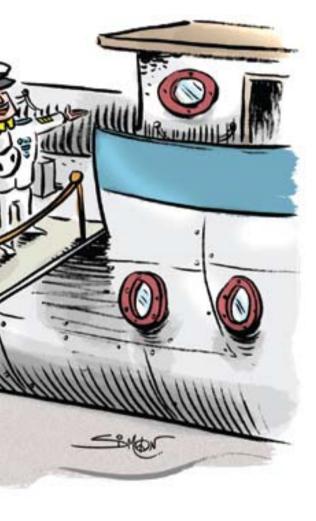


m uma década, o Brasil dominará quase metade do disputado e exigente mercado mundial de carnes. A previsão é do Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAPA) que divulgou o documento Projeções do Agronegócio - Brasil 2009/10 a 2019/20.

De acordo com os dados apresentados, até 2020 os brasileiros serão responsáveis pela produção de 44,5% de tudo o que for exportado entre carne bovina, suína e de frango. Os números são 7% maiores do que a previsão para 2010, que ficou em 37,4%. Isso significa que o país aumentará perto de 1% ao ano sua participação no mercado mundial.

Para o presidente do Fórum Nacional Permanente de Pecuária de Corte da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Antenor Nogueira, outros fatores também contribuem para a liderança brasileira no setor. Segundo ele, a queda na oferta de países produtores, como EUA e Austrália, e retomada do consumo mundial depois de abalos trazidos por problemas como a vaca louca, podem abrir mercados para o Brasil.

asileiro



MODELO EUROPEU

União Europeia aprova Sistema Brasileiro de Certificação Sanitária

Produto de qualidade e sistema sanitário eficiente. É assim que os europeus veem a carne brasileira. Em recente missão da União Europeia, que passou por seis estados brasileiros, o Sistema Brasileiro de Certificação Sanitária (Sisbov) foi aprovado. "As visitas aos estabelecimentos (frigoríficos e propriedades rurais) habilitados à exportação de carne bovina in natura para a União Europeia nos permitem concluir que o sistema dá garantias quanto ao registro, controle, identificação e inspeção dos animais e seus produtos. Confiamos no sistema brasileiro", destacou o chefe da Missão do Escritório de Alimentação e Veterinária da União Europeia (FVO, sigla em inglês), Joergen Alveen.

O objetivo da missão, que esteve no país entre 2 e 15 de março, foi avaliar se o país atendeu às recomendações feitas pela entidade em 2009. Naquela ocasião, a FVO avaliou os procedimentos implantados para atender aos requisitos sanitários para exportação de carne bovina in natura para a União Europeia. Entre eles, o processo de rastreabilidade animal, a fim de garantir a segurança dos produtos de origem bovina e bubalina. O Sisbov permite a certificação da propriedade como ERAS (Estabelecimento Rural Aprovado no Sisbov), classificação que comprova a garantia da eficiência das defesas sanitárias realizadas e indispensável para afiançar as exportações.

Em relação aos frigoríficos visitados, Alveen afirmou que os controles nos estabelecimentos, especialmente a inspeção ante e post-mortem e a rastreabilidade da carne, estavam sendo realizados de acordo com os requisitos europeus. "Na verificação do certificado oficial constatamos, também, novas medidas implantadas pelos fiscais, em fevereiro, como a inclusão do código de autenticidade nos certificados sanitários nacionais. Isso garante a rastreabilidade de todo o processo produtivo", enfatizou.

Para o secretário de Defesa Agropecuária, Inácio Kroetz, as considerações dos representantes do bloco europeu mostram o restabelecimento da confiança no sistema brasileiro de certificação sanitária. "Sempre trabalhamos para cumprir os acordos firmados, o que nos confere a credibilidade dos 180 países para os quais exportamos produtos agropecuários", finalizou.

Além disso, ele cita dificuldades para a Argentina recuperar seus mercados, após intervenção do Estado no setor produtivo. Para consolidação do mercado brasileiro, Nogueira pede organização do setor. "Falta homogeneizar os elos da cadeia, o que demanda organização dos criadores em relação a todos os processos produtivos", afirmou Nogueira.

Crescimento

O carro-chefe da década continuará sendo o frango, que hoje já responde por 41,4% das exportações internacionais. Em dez anos, esse número chegará a 48,1%. Já a carne bovina passará dos atuais 25% para 30,3%, enquanto a carne suína terá um crescimento mais modesto, de 12,4% para 14,2%.

O documento do MAPA mostra ainda que a produção nacional de carnes deverá crescer 37,8% na década. Ou seja, serão 8,4 milhões de toneladas a mais, sendo que 70% disso será para o mercado interno.

Em 2020, o frango terá 48,1% das exportações mundiais. A carne bovina, 30,3% e a suína, 14,2%"

Relatório Projeções do Agronegócio Ministério da Agricultura e Abastecimento

O espelho uruguaio para os bois e a torcida Europeia pelos suinos

Executivos da JBS Friboi e da Frimesa mostram o que pode vir por aí



e conseguir confirmar internacionalmente o status de área livre de febre aftosa, sem vacinação, o Paraná poderá acessar mercados "top" para a carne, como Estados Unidos, Japão e Coréia do Sul, que hoje pagam até dez vezes melhor do que a média dos outros mercados.

Exemplo disso é a língua de boi in natura. Segundo Antonio Jorge Camardelli, membro do comitê de estratégia empresarial da JBS Friboi, um dos maiores exportadores de carne do mundo, o corte é muito cobiçado não só na União Europeia e nos tigres asiáticos. "Hoje eles estão comprando língua da Austrália a preços dez vezes melhores do que o Brasil consegue. E isso vale para outros cortes nobres", diz.

O espelho paranaense pode ser o Uruguai, país com o mesmo número de cabeças de gado que o Paraná, 10 milhões. Antes de ser livre da aftosa sem vacinação, o Uruguai atingia mercados alternativos, como Argélia, Egito e Canadá. Atualmente acessa mercados melhores, como México, Estados Unidos, Coréia e Japão.



Zidec, da Cooperativa Frimesa



Camardelli, da JBS Friboi

Paraná não tem acesso a 85,5% dos mercados internacionais para carne suína, por questões sanitárias. O diretor executivo da cooperativa Frimesa, Elias José Zidec, disse que é enorme o potencial de inserção internacional da carne suína paranaense.

"Poderíamos sair de 55 mil toneladas e chegar a 510 mil toneladas exportadas. Hoje participamos com apenas 9,1% dos volumes exportados e 8,5% das receitas. Ou seja, vendemos a carne suína por um preço menor do que o Brasil todo vende, ainda como reflexo da questão da febre aftosa de 2005", afirmou.

Há ainda as barreiras comerciais, impostos de importação, limite de cotas, rastreabilidade e bioseguridade. São barreiras próprias da atividade, do negócio. Mas o ponto vital é sanitário. "Só pedimos uma coisa: o status sanitário", diz ele, "os europeus estão desesperados para que tudo dê certo e possam voltar a comprar como compravam antes".

INÁCIO KROETZ:

"momento é bom para conquista de status sanitário"



á quatro anos não há registro de focos de febre aftosa no Brasil, o que possibilita a concentração de esforços nos sistemas de prevenção da doença. "O momento é bom para a elevação do status sanitário do Paraná. É oportuno, porque toda a sociedade está motivada, os produtores, as lideranças agropecuárias e a indústria", disse o secretário Nacional de Defesa Agropecuária, Inácio Kroetz, durante o Seminário Paraná Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação, promovido pelo Sistema FAEP.

O Ministério agora vai fazer as auditorias necessárias para confirmar que o Paraná está preparado para pleitear o reconhecimento sanitário internacional. "Estamos tranquilos quanto a isto. Um estado com presença fortíssima na agropecuária, com tanta tradição, só faria o pedido se fosse sustentável e possível. Uma vez reunidos os documentos que possam embasar a solicitação à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), o Ministério da Agricultura vai reconhecer esta conquista", disse Kroetz. O secretário observou ainda que o próprio seminário da FAEP demonstra a seriedade com que o assunto é tratado, pelo número de produtores mobilizados e pelo compromisso público dos principais candidatos ao governo em apoiar a defesa sanitária.

A nova classificação internacional irá implicar numa série de mudanças que precisam ser assimiladas. Kroetz disse que o controle sanitário ainda é insustentável na América do Sul, porque em pelo menos três países há circula-

ção viral comprovada e, em outros, sequer existem informações confiáveis sobre a febre aftosa. "Não podemos deixar entrar material de risco no Paraná. E os vigilantes devem ser milhões de pessoas, não apenas técnicos dos governos", afirmou.

No ambiente interno, o secretário pregou o mesmo estado de prevenção total. Ele lembrou que o Paraná tem produção suficiente de carne e não precisa comprar material de risco de outras regiões. O controle de trânsito animal terá de ser aperfeiçoado, assim como nos portos e aeroportos. Haverá mudança no relacionamento com outros estados, podem acontecer embates políticos regionais.

A meta, disse Kroetz, é conseguir que todo o Brasil seja área livre de febre aftosa ainda em 2010, com vacinação na maioria das regiões. "Este é um assunto de interesse nacional, mas que ninguém consegue resolver sozinho. Ao ver esta plateia, dá para se ter uma ideia da dimensão que o assunto merece no Paraná", concluiu.

Seminário Paraná Livre d

"Obter o status de área livre de febre aftosa sem vacinação significa um salto em nossa posição no mercado"



* ÁGIDE **MENEGUETTE** é presidente do Sistema FAEP

18 de março de 2010

stamos vivendo um dia histórico para a nos-🕯 sa pecuária: a partir de agora começamos o ┛processo de manter o Paraná livre de aftosa sem vacinação.

Se por um lado isto significa a abertura de novas fronteiras no mercado internacional para nossos produtos e uma posição privilegiada no mercado interno, significa, também, maior responsabilidade.

Responsabilidade não apenas do Governo, tanto federal, estadual como municipal, que deve manter e aprimorar um sistema de defesa sanitária eficiente e que tenha credibilidade internacional para que os nossos produtos possam alcançar status de alimentos seguros em qualquer parte do mundo.

Responsabilidade também - e muita - para o setor privado, sem cuja participação ativa os procedimentos de manutenção da sanidade acabam sendo ineficientes e podendo chegar a desastres.

No Paraná, a iniciativa privada tem tido um comportamento exemplar na questão da sanidade. Desde a década de 1990, as entidades que representam o setor privado tem procurado dar a melhor de sua colaboração ao Estado para, em primeiro lugar, obter o status de área livre de aftosa que ocorreu no ano 2000 e agora para alcançar esse status de livre de febre aftosa sem vacinação.

Lembro que o Fundepec tem sido uma importante alavanca neste processo. A FAEP, como membro do Fundepec, financiou o envio de técnicos à Europa e aos Estados Unidos, em várias ocasiões, para conhecer os sistemas de defesa de nossos concorrentes e as exigências de nossos mercados, que foram agravadas com a ocorrência da Doença da Vaca Louca.

Desde aquela época, nenhuma reunião da Organização Mundial de Saúde Animal, a OIE, deixou de ser acompanhada por nossos técnicos, não apenas para conhecer a sistemática mundial de defesa sanitária, mas também para estabelecer entrosamento com dirigentes e técnicos dos organismos internacionais ligados à sanidade e ao comércio internacional, e dirigentes e técnicos dos diversos países membros da OIE.

Duas decisões, decorrentes do que se aprendeu no mercado mundial, foram decisivas para que o Paraná fosse reconhecido como livre de aftosa e, agora, possa pleitear o status de livre sem vacinação.





le Aftosa e sem Vacinação

A criação de um fundo de defesa agropecuária com origem no pagamento de uma taxa de cadastro na vacinação contra a febre aftosa nos anos 1999 e 2000, cujos recursos são repassados pelo Governo e geridos pelo Fundepec. Este fundo deu a garantia ao produtor de que, em caso de surto de aftosa, os proprietários de animais sacrificados por questões sanitárias seriam indenizados. A ocorrência do surto de 2005 mostrou como o Fundo de Defesa é importante para que as decisões sejam tomadas com transparência e, por esta razão, com confiança pelo mercado.

A mais importante, sem dúvidas, foi a criação dos Conselhos Municipais e Intermunicipais de Sanidade Agropecuária – os CSA's, reunindo a iniciativa privada ao Governo nas ações de conscientização e defesa.

Hoje, por sinal, estão aqui centenas de diretores de CSA's – seus presidentes, diretores executivos, diretores de mobilização, diretores técnicos, a quem eu agradeço a presença e saliento a importância de seu papel de vanguarda, de sentinelas avançadas da sanidade animal e vegetal em nosso Estado.

Se o Governo, através de seus órgãos de Fiscalização Sanitária, tem a obrigação legal de zelar pela saúde de nossos rebanhos, a iniciativa privada tem mais do que esta mesma obrigação, tem interesse.

Este interesse é mais do que um simples interesse econômico, que por si só na adversidade dói em nosso bolso. Tem interesse social pelos milhares de empregos que são comprometidos sempre que algo de ruim acontece.

Lembrem-se da ocorrência da aftosa em Jóia no Rio Grande do Sul. Do que aconteceu em Navirai no Mato Grosso do Sul.

Mas lembre-se do que aconteceu conosco em 2005. As portas do mercado – tanto o externo quanto o interno – se fecharam para nossos produtos pecuários.

Os preços de bois e suínos despencaram.

Os municípios que dependiam substancialmente da renda da pecuária, tiveram problemas. Não apenas os pecuaristas, suinocultores, leiteiros tiveram prejuízos. Os prejuízos alcançaram as indústrias, o comércio, os trabalhadores, a própria arrecadação dos tributos.

Não foi apenas o setor que perdeu. Todos nós perdemos.

Agora, há uma oportunidade para que todos nós ganhemos. Obter o status de área livre de febre aftosa sem vacinação significa um salto em nossa posição no mercado.

Mas isso significa, também, vigilância constante – de todos: fiscais do governo, produtores rurais, indústria e comércio-. Significa atenção redobrada e uma necessidade de avanços tecnológicos e aprimoramento profissional que garantam não apenas a sanidade, mas a qualidade de nossos produtos.

Por parte do Governo do Estado há necessidade urgente de transformar o DEFIS em um instituto que tenha mais flexibilidade que uma repartição pública, dada a sua natureza que lida com imprevistos e precisa ser ágil.

SEGUE»»»»





Para que um instituto possa ter essa agilidade e presteza, precisa ter um quadro de técnicos estável e remunerados condizentemente. A agilidade que preconizo serve também para a reposição imediata de técnicos sempre que ocorrer uma vaga.

Quer dizer que lutar para manter a sanidade será também a busca por um produto que tenha aceitação larga e constante do mercado. Que os consumidores não apenas confiem, mas desejem.

O Governo do estado dá um passo decisivo na nossa produção pecuária ao requerer ao Ministério da Agricultura o encerramento da fase de vacinação dos rebanhos. Isso foi possível graças ao empenho de nosso secretário da Agricultura, Valter Bianchini e de sua equipe. Da compreensão do Governador Roberto Requião, ao atender à solicitação da contratação de novos técnicos para reforço do sistema de fiscalização.

O Ministério da Agricultura mostra sua confiança em nosso sistema de defesa ao acatar o pedido do Estado do Paraná. Mas devemos muito também ao esforço do ministro Reinhold Stephanes e o Secretário Nacional de Defesa Agropecuária, Inácio Kroetz e sua competente equipe de técnicos em benefício de todo país .

Aqui se encontram também os homens que podem dirigir o Estado nos próximos anos. Queremos deles o compromisso de que o esforço que está sendo feito não seja interrompido, mas ao contrário, conte com a sua inclusão nos programas do próximo governo como uma prioridade da qual não se deverá afastar.

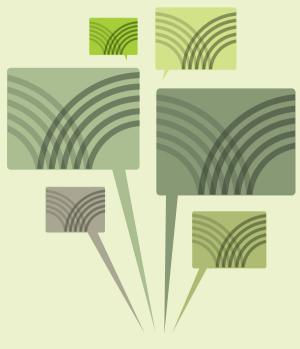
Como conheço todos eles, esse pedido que estou formulando é apenas retórico, porque sei que a sanidade animal e vegetal, que os avanços na qualidade dos produtos agropecuários, que o apoio à comercialização desses produtos receberão o integral e decisivo apoio de quem vier a governar o nosso Estado.

À iniciativa privada, indústria, comércio e aos nossos produtores rurais peço que não baixem a guarda e, através dos nossos CSA's continuem vigilantes e atuantes para que o desenvolvimento do Paraná – econômico e social – dê também um grande salto nos próximos anos.

Muito obrigado.

Ágide Meneguette Presidente do Sistema FAEP e do FUNDEPEC





S . E . M . I . N . Á . R . I . O

O QUE ESPERAMOS DO PRÓXIMO PRESIDENTE

As sugestões das Federações do PR, SC e RS ao futuro governante

"Não podemos negociar com criminosos"



* ÁGIDE **MENEGUETTE** é presidente do Sistema FAEP

18 de março de 2010

onsidero de grande importância este seminário promovido pela CNA com o apoio das federações do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Este é o momento de pensar no que queremos para a agropecuária e para todo povo brasileiro. Não se trata apenas de uma listagem de reivindicações justas e necessárias.

Este encontro deve ter, também, o seu viés político para expor também o que não queremos do próximo mandato presidencial.

Não gueremos, por exemplo, a falta de segurança jurídica se for concretizado o envio de projeto de lei ao Congresso Nacional prevendo audiên-



cia pública nos casos de invasão de propriedades rurais ou urbanas, tal como está no decreto dos Direitos Humanos, assinado pelo presidente da República no apagar das luzes do ano passado.

Não podemos negociar com criminosos.

Não queremos, também, que a nossa liberdade seja cerceada e para ter liberdade é preciso imprensa livre, sem a censura prevista no mesmo decreto de Direitos Humanos.

Não queremos ver nossos símbolos religiosos proibidos. Retirá-los dos lugares públicos será uma afronta a nossa fé. Esta violência à nossa consciência também está no decreto dos Direitos Humanos.

Não queremos que nos tirem a liberdade para produzir e esta liberdade está ameaçada por grupelhos que acham que tem o direito de dizer o que devemos ou não devemos plantar. Isto também está neste famigerado decreto dos Direitos Humanos.

Não queremos mais corrupção e nem que se implante no país um regime de força similar a governos que assombram nosso continente.

O eu queremos é que haja apoio do governo para enfrentar a concorrência mundial aos nossos produtos. Pesquisa, crédito, seguro, normas trabalhistas coerentes, infra-instrutura para escoar nossa produção. Só assim poderemos produzir com algum resultado os alimentos do povo brasileiro e as exportações que geram resultados positivos em nossa balança comercial.

Queremos que a democracia seja mantida em sua plenitude e só com ela será possível dar ao povo brasileiro um padrão de vida condizente.

Tudo isso e mais coisas importantes estão na lista das propostas formuladas ontem pelas delegações dos três estados e que serão submetidos a este plenário.

Espero que o resultado ajude a iluminar a mente do próximo governante de nosso país.

O que for feito em beneficio da agropecuária é um benefício para toda a sociedade brasileira.

Agradeço a presença de todos e meus votos de um produtivo dia de trabalho.

Muito Obrigado.

Ágide Meneguette

Do: **Sul**

Ao: futuro presidente

Com carinho... e esperança!

Federações do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul levam suas propostas ao seminário "O que esperamos do próximo presidente"

s sugestões de produtores rurais de todo o Sul do Brasil foram reunidas por representantes das Federações da Agricultura do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul numa proposta que teve oito temas definidos como prioritários para o agronegócio brasileiro: alimento saudável, insegurança jurídica, logística, meio ambiente, política agrícola, processo tecnológico, qualificação profissional e responsabilidade social. Na quarta feira, técnicos das três Federações avaliaram dezenas de sugestões e as sintetizaram para debate e aprovação do plenário no dia seguinte.

O objetivo é construir uma proposta unificada com os pleitos do setor agropecuário nacional que será entregue pela CNA aos candidatos à Presidência da República e aos presidentes dos partidos políticos.

Antes de chegar à capital paranaense, a CNA promoveu eventos semelhantes em Salvador, Tocantins, Goiânia e Uberlândia. A série de seminários "O que esperamos do próximo presidente" será concluída nos dias 24 e 25 de março, com a realização da etapa nacional na capital paulista, quando será elaborado um documento com as expectativas dos produtores rurais de todas as regiões brasileiras.

A seguir, os principais pontos da proposta apresentada pela região Sul:

POLÍTICA AGRÍCOLA

» Ampliar anualmente os recursos para o programa de subvenção federal ao prêmio do seguro rural, garantindo a cobertura de 50% da área plantada no Brasil até 2014, implementar o fundo de catástrofe e criar a modalidade de seguro de renda do produtor rural.



- >> Reformular o modelo de crédito rural, criar o crédito rotativo automático para custeio agropecuário e um novo programa de renegociação de dívidas similar à securitização.
- >> Incentivar a exploração das jazidas e industrialização dos fosfatados, nitrogenados e potássicos com o objetivo de atingir a auto-suficiência;
- >> Estabelecer uma política de garantia de preços que remunere no mínimo o custo total de produção e disponibilizar recursos suficientes e necessários para dar sustentação à comercialização no momento oportuno. Exigir a rastreabilidade e reciprocidade legal para produtos importados.
- >> Harmonizar os regulamentos de ICMS dos estados brasileiros, simplificar o sistema tributário brasileiro e desonerar de ICMS e PIS/COFINS os insumos e produtos agropecuários.

MEIO AMBIENTE

» Criar um código ambiental federal em substituição a todas as legislações ambientais federais existentes e regionalizar a legislação ambiental de forma que os estados possam determinar os parâmetros de acordo com as peculiaridades regionais, embasados



em estudos técnicos. A lei federal determina os parâmetros gerais.

SEGUE>>>>>

>> Criar o pagamento por serviços ambientais estabelecendo mecanismos compensatórios para a propriedade rural que mantiver áreas conservadas, áreas consolidadas e permitir a continuidade das atividades agropecuárias em áreas consolidadas com a utilização de técnicas de conservação.

>> Rever a composição e as competências dos Conselhos (Conama, conselhos estaduais) tornandoos consultivo e paritário entre os setores públicos. privados e produtivos.

INSEGURANCA JURÍDICA



- >> Obediência as determinações do poder judiciário no caso das invasões.
- >> Promover a emancipação com a titulação dos lotes dos assentados, cumprindo a legislação pertinente, já existente.
- >> Revisão do Programa

Nacional de Direitos Humanos - PNDH3 para eliminar as medidas que direta ou indiretamente atentem contra o direito de propriedade.



ALIMENTOS SAUDÁVEIS

>> Defesa sanitária eficiente e auditável com fortalecimento das estruturas de fiscalização internas e de fronteiras, do trânsito animal, vegetal e seus

produtos e derivados. Fortalecimento das ações de educação sanitária.

PROCESSOS TECNOLÓGICOS



- >> Estabelecer uma política geoestratégica do estado brasileiro para a produção de alimentos, cumprir o que estabelece a política agrícola que harmonize e pacifique a produção e a conservação ambiental. Garantir a isenção técnica da composição da CTNBio. evitando sua politização e conseqüente morosidade na avaliação dos processos:
- >> Redefinir as concessões de explorações de jazidas de minérios de interesse agrícola oportunizando para que as empresas nacionais possam ter competitividade e incentivar as empresas nacionais públicas e privadas para atuar no setor.
- >> Reestruturação do sistema nacional de extensão rural e difusão tecnológica assegurando as condições mínimas (orcamento e pessoal).

LOGÍSTICA

>> Aplicação do Governo federal, com dotação orçamentária própria e também através de parcerias público-privadas (PPPs) para a elaboração dos préprojetos, dos investimentos modais prioritários e



PALAVRA DAS LIDERANÇAS

Kátia (CNA) | "sem choro"

enhum candidato à Presidência pode ignorar o setor agropecuário - responsável por 40% das exportações e um terço do PIB (Produto Interno Bruto). Não estamos elaborando uma lista de pedidos e sim um documento profissional e técnico com diretrizes levantadas em todo o País, a partir de necessidades reais. Queremos mostrar ao novo presidente propostas para os próximos quatro anos. E não apenas entregar uma lista de choro", afirmou a presidente da CNA.



Ágide (PR) | "o que não queremos"

presidente da FAEP, Ágide Meneguette, disse que é o momento certo para husear cellus ? certo para buscar soluções para o agronegócio. "Este é o momento de pensar no que queremos para a agropecuária e para todo povo brasileiro. Não se trata apenas de uma listagem de reivindicações justas e necessárias. Este encontro deve ter, também, o seu viés político para expor também o que não queremos do próximo mandato presidencial", declarou Meneguette.





realizáveis nos próximos quatro anos, tomando como base o PNLT (Plano Nacional de Logística e Transporte), elaborado pelos ministérios dos Transportes e Defesa. >> Inversão da matriz modal, privilegiando o ferroviário e hidroviário, conforme as características de cada estado.

>> Investimentos em armazenagem voltados a ampliar a capacidade atual de estocagem de produtos agropecuários em nível de propriedade, de forma que seja garantida a oferta permanente da produção com consequente redução das oscilações sazonais de preços.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL



- >> Estabelecer diretrizes onde exista integração entre as instituições. Exemplo: SENAR atuando com FPR e PS; Emater com assistência e extensão; e Embrapa e universidades com pesquisa agropecuária; Sebrae com gestão e empreendedorismo.
- » Criar um programa de alfabetização visando atender todo o público rural, assim como viabilizar meios para melhorar a escolaridade no meio rural.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

- >> Educação em tempo integral e qualificação e formação de professores de escolas técnicas rurais (nível superior). Análise dos conteúdos e currículos ministrados pelas escolas. Promover o desenvolvimento em regiões com potencialidade agropecuária, possibilitando as condições necessárias e apoiando as iniciativas que agregam valor aos produtos garantindo a sustentabilidade da população rural.
- » Readequação da legislação trabalhista. Conferir diferenciação nas relações de emprego do setor agropecuário, devido às características do emprego rural

visando um contrato de trabalho de curta duração que garanta os direitos do trabalhador rural e atenda as necessidades dos empregados. Revisão e Readequação das exigências da NR 31. Concessão de maior prazo e financiamento para adequação dos produtores.



Pedrozo (SC) | "o dever de casa"

osé Zeferino Pedrozo, da FAESC, acredita que as propostas do sul são legítimas e consistentes. "É a primeira vez que isso ocorre com as bases. Cada estado apresentou suas propostas, fez o dever de casa, trouxe o resumo do que precisa. Foi uma discussão ampla, onde sairá um documento com as legitimas reivindicações ao próximo presidente", disse Pedrozo.



Sperotto (RS) | "posição legítima"

Já o presidente da FARSUL, Carlos Rivaci Sperotto, destacou a mudança de comportamento do setor. "Julgamos nesse momento algo inovador. Pela primeira vez, os agricultores estão reunindo propostas. É um subsídio importante para orientar o setor. As conclusões sairão dia 26 e é uma posição não partidária, mas legítima do setor, buscando uma pauta de propostas para o país".



As imagens dos Seminários











SEM ESCOLHA

stamos mudando um paradigma. Há quarenta anos o estado do Paraná por meio da SEAB exige que o criador de bovinos e bubalinos vacine seu rebanho contra a febre aftosa. Agora, depois de uma centena de campanhas de vacinação estamos muito perto de retirar a vacina. A proteção da vacina será substituída pela vigilância sanitária do serviço medico veterinário oficial e privado do Paraná. Com vacina ou sem vacina, não existe risco zero. Temos apenas 2% do território nacional e não temos mais áreas para incorporar para a expansão da agropecuária. Não temos outra escolha a fazer.

Silmar Bürer - Chefe do Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuaria (Defis) da Seab









VIARÁPIDA

DEU NA IMPRENSA

Desigualdade

>> Goiânia, Fortaleza, Belo Horizonte e Brasília são as cidades mais desiguais do Brasil, segundo relatório da ONU. Em comparação às cidades no mundo, só perdem para três sulafricanas, que lideram a lista de desigualdade: Buffalo City, Johannesburgo e Ekurhuleni. O Brasil também é considerado pela ONU o pior da América Latina em termos de desigualdade.

Das Agências

Maluf na lista vermelha

>> O nome do deputado Paulo Maluf (PP-SP) foi incluído na difusão vermelha da Interpol - polícia internacional que mantém representação em 181 países. A solicitação foi feita por um promotor americano que acusa Maluf de roubar dinheiro da prefeitura de São Paulo. A difusão vermelha é o alerta máximo da Interpol e, se ingressar em território que integra a comunidade policial, Maluf pode ser imediatamente detido. A defesa do exprefeito (1993-1996) declarou que já está providenciando ação específica para anular a medida.

Agência Estado

Desbloqueio sem multa

>> A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) aprovou a proposta que determina que o desbloqueio de telefone celular é um direito do usuário e pode ser pedido a qualquer momento. Segundo a Anatel, as empresas não podem alegar que o aparelho tenha sido fornecido gratuitamente para rejeitar o pedido de desbloqueio e não podem cobrar multa. O desbloqueio permite que o mesmo celular possa ser usado com chip de diferentes operadoras. A medida deve aumentar a competição e baixar tarifas.

Das Agências

O Salim deveria ser tratado de turco"

Presidente LULA, referindo-se ao primeiro-ministro da Jordânia, Samir Rifai, na sua visita ao Oriente Médio





>> O Louva a Deus leva esse nome em virtude da posição regular de repouso - a parte anterior do corpo levantada e os membros anteriores unidos. como que rezando. Seu corpo, de formas muito esquisitas é adaptado para permanecer camuflado confundindo-se com a vegetação (mimetismo) onde normalmente vive. O corpo fino, esverdeado, alongado e imóvel confunde-se com ramos de qualquer planta e as asas com as folhas.



Embaralha o cérebro

>> Os cientistas confirmaram algo que se sabe há tempos: estar na presenca de uma mulher bonita realmente embaralha o cérebro masculino. Um estudo revelou que homens que passam poucos minutos na companhia de uma mulher atraente têm desempenho inferior em testes que avaliam a função cerebral. Os estudiosos sugerem que os homens utilizam tanto sua função cerebral tentando impressionar as mulheres que ficam com "pouco espaço" para outras tarefas.



Ouentinha

>> A garrafa térmica foi criada no século 19, pelo inglês James Dewar. Ele não pretendia manter o café quentinho, mas apenas conservar soluções no laboratório. Dewar nunca patenteou a invenção, mas um fabricante de vidros, o alemão Reinhold Burger diminuiu o tamanho da garrafa e enrigueceu, ao lancá-la para uso doméstico, em 1903.





Santo remédio

>> A água oxigenada foi desenvolvida na década de 1920 por cientistas para conter problemas de infecções e gangrena em soldados em frente de batalha. A pesquisa buscava um produto barato, fácil de transportar e usar, que pudesse ser conservado de forma fácil e à temperatura ambiente. sem problemas colaterais. Durante a segunda guerra mundial, a redução no número de baixas e amputacões foi tremenda, graças ao uso da água oxigenada. Isso é pouco divulgado porque sendo um produto barato e simples de usar. concorre com outros desenvolvidos por labora-



Só o amor constrói!

>> No Seminário da FAEP, ela se abancou entre Reguião e Osmar Dias. Notem a alegria de ambos. Quem é essa senhora que foi capaz de conciliar o inconciliável?

As 7 vidas dos gatos

>> Essa lenda surgiu da Idade Média, guando os gatos, assim como as bruxas e magos, eram vítimas da Inquisição. Apesar dos esforços para acabar com eles (que maldade) eles dificilmente diminuíam em número. Isso porque havia muitos de seus defensores, pessoas que escondiam e criavam gatos secretamente. Assim, os inquisidores afirmavam que só tendo mesmo parte com misticismo e afins um bicho continuaria por aí. mesmo sendo tão caçado. Assim, surgiu o termo que o gato tem sete vidas.



Lava-rápido canino

>> O pet shop Pet World Joyful Honda, em Tóquio, no Japão, está lançando um serviço revolucionário. Tratase de uma máquina que promete dar um bom trato no seu melhor amigo em apenas 30 minutos. A máguina de lavar cachorro usa shampoo que não irrita os olhos do animal e tem os mesmos processos de uma máquina de lavar roupa, menos a centrifugação, substituída por um potente secador. O serviço sai por US\$ 11 e está atraindo muitos interessados no Japão.



US\$ 27 bilhões >> é a FORTUNA do brasileiro EIKE BATISTA. a oitava do mundo. Ele lida com petróleo.

MOSAICO

Grude



>> No reinado de **JORGE III**, o exército britânico gastava 6.500 toneladas de amido por ano. O produto era usado na fabricação de cola, que mantinha as perucas dos soldados no lugar.

Afundando

>> A biblioteca da Universidade de Indiana afunda 2 cm por ano porque, quando foi construída, os engenheiros esqueceram-se de incluir o peso dos livros no cálculo das fundações.

Vapt-Vupt

>> A guerra mais curta da história foi entre Zanzibar e Inglaterra em 1896. O Zanzibar rendeu-se ao fim de 38 minutos.

Jogo rápido

>> Durante o tempo que você demora a ler esta frase 50 mil células do seu corpo morreram e foram substituídas por células mais novas.

Mulher Atual em Mamborê

- >> A orientadora faz a pergunta: "quem somos?" Ao se apresentar, uma aluna diz:
- Figuei 25 anos fazendo o que não gostava. Hoje só faço o que gosto.
- A plateia desperta e fica curiosa: o que poderia ser? E ela completa:
- Passei 25 anos fazendo e comendo salada de abobrinha para acompanhar meu marido. Um dia desses fiz, mas não comi. Ele retrucou:
- Querida, não vai comer salada? Respondi:
- Não vou comer mais. Não gosto.
- Só não esperava a resposta que ele me deu:
- Também não gosto, como por sua causa.

Agrotóxicos



e 15 a 17 de março, o Sindicato Rural de Cianorte, em parceria com a SENAR-PR e a Usina São Tomé, realizaram o curso de Aplicação de Agrotóxicos. Os participantes receberam orientação para o uso do Equipamento de Proteção Individual (EPI) e treinamento no curso de Aplicação de Agrotóxicos - costal manual - e tratorizado de barras - NR 31. O curso foi ministrado por Paulo Roberto Marchesan, instrutor do SENAR-PR.

Motosserra



De 08 a 12 de março, também 50 a Come, ceria com o SENAR-PR e a Usina São Tomé, e 08 a 12 de março, também em parrealizou um curso de operação e manutenção de motosserra. O instrutor do SENAR-PR, Sandro Noqueira coordenou a capacitação dos participantes. O objetivo foi apresentar os equipamentos de segurança e ferramentas de trabalho, bem como instruções sobre a prática de corte de árvores.

Palestra



uestões trabalhistas, contratuais e tributárias Questoes traballistas, contracado em palestra foram os temas apresentados em palestra da EAEP, loarez ministrada pelo consultor jurídico da FAEP, Joarez Cação Ribeiro, para agricultores da região de Cianorte. A palestra aconteceu na Câmara Municipal com a presença de produtores rurais da região. O Sindicato Rural de Cianorte e a AAVIACRE (Associação dos Avicultores de Cianorte e Região) foram os responsáveis pela realização do evento.

MARINGÁ 1

Bovinocultura de corte

m parceria com o SENAR-PR, o Sindicato Rural de Maringá $oldsymbol{\square}$ realizou um curso de manejo de gado de corte. O curso aconteceu durante os dias 10, 11 e 12 de março e teve a participação de 14 produtores rurais. O instrutor do SENAR-PR, Luis Carlos Grossi, ministrou o curso, onde a parte teórica foi realizada no departamento de zootecnia da UEM. A parte prática ocorreu em uma propriedade da região.



MARINGÁ 2

Silvicultura

a mesma forma, com apoio do SENAR-PR e CESU-MAR, o Sindicato maringaense realizou um curso de silvicultura e nucleação, nos dias 26 e 27 de fevereiro, com a participação de 15 agricultores. Foram



realizadas visitas às margens de rios para reconhecimento da vegetação e aplicação das teorias que aprenderam na sala de aula. Valmir Alves Torres, instrutor do SENAR-PR, ministrou o curso.

}}

IMBAÚ

Operação e manutenção de tratores

SENAR-PR e Secretaria da Agricultura do Município de Imbaú, realizaram um curso de operação e manutenção de tratores. Doze produtores rurais participaram do curso nos dias 10 e 11 de março, ministrado pelo



instrutor do SENAR-PR José Augusto Olzewski, com duração de 16 horas.



Visita ao Show Rural

Sindicato Rural de Reserva, em parceria com a FAEP, levou 46 produtores para o Show Rural 2010 em Cascavel, realizado no dia 10 de fevereiro.

IMBITUVA 1

Morangos e caquis

instrutor do SENAR-PR, Luiz Sérgio Krepki, foi o responsável por dois cursos de fruticultura básica, um de cultivo de morango e outro de caqui. Os eventos aconteceram nos dias 3 e 4 de março. Ambos contaram com a participação de 10 produtores rurais. O curso foi uma realização da parceria entre o Sindicato Rural de Imbituva e o SENAR-PR.

IMBITUVA 2

Capacitação em Imbituva

m uma parceria com o SENAR-PR e a empresa Souza Cruz S.A, o $oldsymbol{oldsymbol{\mathcal{L}}}$ Sindicato Rural de Imbituva realizou um curso de capacitação para fumicultores da região. O instrutor do SENAR-PR, João Carlos Hoffmann, apresentou aos produtores rurais conhecimentos de operação e manutenção de máquinas para o manejo mecânico, escolha de método de manejo, semeadura e adubadora de precisão.



Nova Santa Bárbara

Gravidez na adolescência é um assunto sério e delicado. Produtoras rurais que participaram do Mulher Atual, em Nova Santa Bárbara, trabalharam para ajudar adolescentes do município que se encontravam nesta situação. As 'mulheres atuais' elaboraram oficinas de culinária, artesanato e corte e costura. "O objetivo foi buscar alternativas para que estas meninas conseguissem uma forma de gerar renda", disse a instrutora do SENAR-PR, Zeila Manchini. A ideia foi tomada por outras turmas do Programa Mulher Atual, que ajudam a manter a ação social em funcionamento.

Araruna



Programa Mulher Atual em Araruna está conquistando cada vez mais espaço. A turma tem 24 agricultoras participando do curso. No primeiro encontro, de sensibilização, estiveram presentes 61 produtoras rurais interessadas em participar do programa, o que demonstra o interesse das produtoras da região, segundo a instrutora do SENAR-PR, Joseana Luzia Granemann.

Atalaia

Aturma do Programa Mulher Atual de Atalaia recebeu uma homenagem da Secretaria da Saúde do município, no Dia Internacional da Mulher. Foram homenageadas as 21 participantes do curso.





Decisão do STF exige atenção do produtor rural

omo já divulgado, a decisão da STF considerando inconstitucional a contribuição de 2,1% (dois e um décimo por cento), incidente sobre o valor bruto do produto agropecuário comercializado, possibilita ao produtor rural obter, em devolução, tudo aquilo que foi recolhido pessoalmente ou através do adquirente, sub-rogado nas obrigações, após a retenção dos respectivos valores. Estas contribuições são substitutivas àquelas incidentes sobre a folha de salários dos empregados rurais.

A decisão não atinge o produtor rural-segurado especial, por exercer atividade em regime de economia familiar, sem empregados permanentes. A contribuição deste produtor rural, embora também com as mesmas alíquotas e incidentes sobre o valor bruto da comercialização agropecuária, tem como objetivo o custeio dos benefícios (aposentadoria, pensões, etc) destinados a todos os membros do conjunto familiar, enquanto que para o empregador rural é, como já nos referimos, substitutiva da folha de salários.

Situações que exigem atenção do produtor rural:

» A primeira situação é daquele produtor rural (ou a esposa) que está aposentado na condição de Segurado Especial, por ter comprovado que exercia atividade rural, sem empregados, utilizando apenas o trabalho de familiares. Ao solicitar a devolução dos valores das contribuições recolhidas ou retidas pelo adquirente, terá seu pedido negado pelo fato de, sendo segurado especial, não ter direito a mesma. Vamos considerar que este produtor, ao fundamentar seu pedido de restituição declare que utilizava empregado. Esta afirmação poderá levar ao cancelamento da aposentadoria e ainda ser responsabilizado por crime de falsidade ideológica, juntamente com a entidade sindical que confirmou o trabalho em regime de economia familiar. Também permitirá ao INSS solicitar a devolução dos valores recebidos indevidamente como aposentado, além de possível ação fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego, considerando a utilização de empregado sem o devido cumprimento das obrigações trabalhistas.

» A segunda é quando o produtor rural for se habilitar a restituição das contribuições recolhidas nos últimos cinco anos. Como a decisão do STF atinge apenas os produtores-empregadores, será exigida a comprovação desta qualidade de segurado, e não estando ainda contribuindo na qualidade de contribuinte individual, deverá regularizar as contribuições relativas ao período, ficando assim protegido para futura aposentadoria ou auxílios concedidos pelo INSS.

A decisão não atinge o produtor rural-segurado especial, por exercer atividade em regime de economia familiar, sem empregados permanentes"

>> A terceira situação poderá ocorrer envolvendo produtor que, após a entrada em vigor da Lei.11.718, de 20 de junho de 2008, passou a ser enquadrado como empregador por possuir área de terra superior a 4 (quatro módulos fiscais), embora o trabalho rural ser executado sem empregados e em regime de economia familiar. Assim, tendo comercializado produto agropecuário, após 20 de junho de 2008, com a incidência de contribuição sobre o valor bruto, terá direito a restituição. Agora, aqueles com área igual ou inferior a 4 (quatro) módulos fiscais, utilizando mão de obra temporária no limite estabelecido no art. 12, § 8 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com as alterações da Lei nº 11.718/1008, considerados segurados especiais, não terão direito a restituição a vista da decisão do STF.

Nesta terceira situação, o produtor considerado empregador não tem a contribuição incidente sobre o valor bruto da comercialização agropecuária, substitutiva da folha de salários justamente por não utilizar empregados. O segurado especial que possua área de terra igual ou inferior a 4 (quatro) módulos fiscais e utilizar empregados temporários tem a contribuição incidente sobre os salários como se fosse substitutiva. No entanto, a contribuição de 2,1% (dois e um décimo por cento) incide sobre o valor bruto da produção agropecuária comercializada (art.195,§ 8º da CF). Temos aqui, como no jargão jurídico, um verdadeiro "imbróglio".

A confusão provocada pela decisão do STF é tamanha, que alguns produtores rurais, de acordo com os adquirentes, pessoas jurídicas, não estão recolhendo as respectivas contribuições-substitutivas, sem amparo em medida liminar, sujeitando-se ao risco de pesadas autuações.

O que deve ocorrer é a propositura de ação individual, preferencialmente pelo produtor rural, contribuinte direto, objetivando deixar de recolher a contribuição, mediante depósito em juízo do valor devido, até que se torne definitiva a decisão em seu processo.

Concluindo lembramos que, ao cessar definitivamente a contribuição incidente sobre o valor bruto da comercialização agropecuária, ela será substituída pelas definidas no art. 22, da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, que instituiu o Plano de Custeio da Previdência Social.

Segurança de R\$ 4 bilhões

Câmara aprova fundo de catástrofe para garantir as operações de seguro rural

plenário da Câmara dos Deputados aprovou na última semana a criação de um fundo de R\$ 4 bilhões para garantir as operações de seguro rural no Brasil. A medida dá suporte a seguradoras e resseguradoras para ampliar sua atuação em um segmento considerado de alto risco. O texto ainda será analisado pelo Senado, onde o senador Osmar Dias chamará para si a relatoria. Caso aprovado, o fundo garante R\$ 2 bilhões imediatos do Tesouro Nacional em títulos públicos ao chamado fundo de catástrofe.

Os outros R\$ 2 bilhões deverão ser aportados ao longo de três anos. O novo fundo será aberto à capitalização futura com a participação de agroindústrias e cooperativas do setor. O governo acredita que, com isso, o fundo poderá gerir os

próprios recursos, podendo se sustentar sozinho na próxima década.

O governo tentou evitar a alocação imediata no fundo, jogando o aporte adicional para dez anos. Mas os deputados da bancada ruralista driblaram a oposição do Ministério da Fazenda por meio de um acordo acertado diretamente com a Casa Civil.

A medida era aguardada há pelo menos uma década no setor rural. "A agricultura será uma antes e outra depois da criação desse fundo", afirmou o deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), relator da medida na Câmara. As operações de seguro rural serão garantidas por meio desse novo fundo. A tendência é reduzir o custo das apólices aos produtores rurais. O fundo já deverá estar disponível na próxima safra de grãos (2010/11),

cujo plantio terá início em setembro.

Para agricultores e seguradoras que atuam nesse mercado, o fundo é considerado fundamental para disseminar a ferramenta, diluir riscos inerentes à atividade e colaborar para a sustentabilidade financeira dos produtores. Tão importante quanto o fundo é a política federal de subsídios ao prêmio do seguro rural, já em vigor há alguns anos. Alguns Estados do país, como São Paulo, também mantém políticas locais semelhantes de subsídio ao prêmio.

O orçamento para a subvenção federal do seguro rural em 2010 é de R\$ 238,7 milhões, mas a demanda para este ano já ultrapassava R\$ 600 milhões no fim de 2009. O subsídio federal varia de 30% a 70% do prêmio do seguro, conforme produto e/ou região.





Bianchini se despede no Conseleite

secretário da Agricultura e Abastecimento, Valter Bianchini, participou da reunião do Conseleite, terça-feira (16/3), no auditório da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP). Durante o evento, Bianchini aproveitou para agradecer o apoio recebido do Conseleite durante sua gestão (ele deixou o cargo de secretário dia 19). "Os frutos foram muito importantes. Abriu-se um grande diálogo e os frutos foram muitos importantes para os produtores, indústrias e o governo do Estado", disse.

O presidente do sistema FAEP, Ágide Meneguette, elogiou a equipe da SEAB liderada por Bianchini e pelo diretor-geral da secretaria, Herlon Goelzer de Almeida que deram "uma pegada positiva ao nosso Conselho". Segundo Ágide, "eles contribuíram para que fossemos em busca de nosso status de área livre de aftosa sem vacinação, coroado com o Seminário "Paraná livre de aftosa sem vacinação".

Primeiro estado com equivalência do Sisbi

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) assinou no dia 19 de março a portaria nº 99 que inclui o Paraná no Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi). É o primeiro estado a ser cadastrado no sistema.

Na prática, o serviço de inspeção do Paraná fica habilitado a certificar indústrias ou unida-



des onde se produzam produtos de origem animal, como carne, leite, ovos e mel que poderão ser comercializados em todo o território nacional. "É um avanço. Historicamente as inspeções nas três instâncias (federal, estadual e municipal) eram muito distantes. Agora os estados se aproximam da inspeção federal e os municípios da estadual", comemorou o Chefe da Divisão de Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Estado do Paraná, João Carlos Rocha Almeida.

Das 478 empresas registradas no SIP/POA (Serviço de Inspeção do Paraná/Produtos de Origem Animal) em atividades na produção de alimentos de origem animal, três (Elizabeth Gomes Corrêa de Paranaguá, Frango Sabor Caipira de Ivaiporã e Cooperativa Agroindustrial Lar de Medianeira) já estão comercializando para todo o Brasil. "É uma grande conquista que abre a possibilidade de comercialização para todo o Brasil valorizando o produto local. Abre a possibilidade de captação de recursos federais e crescimento e desenvolvimento do parque industrial paranaense. O Paraná ganha muito".

A portaria foi assinada pelo secretário nacional da Defesa Agropecuária, Inácio Kroetz.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ

Av. Marechal Deodoro, 450 - 14° andar Cep 80010-010 | Curitiba - Paraná Fone: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 email: faep@faep.com.br | site: www.faep.com.br

Presidente

Ágide Meneguette

Vice-Presidentes

Moacir Micheletto Guerino Guandalini Nelson Teodoro de Oliveira Francisco Carlos do Nascimento Ivo Polo Ivo Pierin Júnior

Diretores Secretários

Livaldo Gemin Pedro Paulo de Mello

Diretores Financeiros

João Luiz Rodrigues Biscaia Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal

Sebastião Olimpio Santaroza Luiz de Oliveira Netto Lauro Lopes

Delegados Representantes

Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento, Renato Antônio Fontana



SENAR - Administração Regional do Estado do Paraná Av. Marechal Deodoro, 450 - 160 andar Cep 80010-010 | Curitiba - Paraná Fone: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 e-mail: senarpr@senarpr.org.br | site: www.senarpr.org.br

Conselho Administrativo Presidente

Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos

Ademir Mueller - FETAEP Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC Darci Piana - FECOMÉRCIO Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal | Membros Efetivos

Sebastião Olímpio Santaroza Luiz de Oliveira Netto Jairo Correa de Almeida

Superintendência

Ronei Volpi

BOLETIM informativo

Marcos Tosi (redator) Cynthia Calderon (redatora) Leonardo Fagundes (redator)

e-mail: imprensa@faep.com.br

Diagramação e projeto gráfico

Ctrl S Comunicação | www.ctrlscomunicacao.com.br

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Feiras movimentam o Paraná em março

Expobel em Francisco Beltrão e ExpoParanavaí atraíram milhares de pessoas Em Reserva, Festa do Tomate





VICTOR E LEO; LUAN SANTANA E DANIEL levam milhares de pessoas a eventos agropecuários



mês de março foi bastante movimentado no Paraná, especialmente por causa de dois importantes eventos na região norte e sudoeste do Estado. Nesta última aconteceu entre 12 e 21 de março, em Francisco Beltrão, a Expobel - Exposição Comercial, Agropecuária, Indústria, Comércio, Serviços e Agroindústrias, no Parque de Exposições da cidade.

O evento reuniu mais de 200 mil pessoas durante os dez dias e viabilizou negócios em torno de R\$ 6 milhões. Foram 470 empresas e instituições expondo seus produtos, animais e marcas. No setor do agronegócio serão 130 empresas - máquinas, equipamentos, produtos e animais - e 340 dos setores do comércio, indústria, alimentação e prestação de serviços.

Já na região noroeste do Paraná aconteceu, também entre os dias 12 e 21 de março, a ExpoParanavaí, no Parque Internacional de Exposições Presidente Arthur da Costa e Silva. Esta foi a 39ª edição da Exposição Feira Agropecuária e Industrial de Paranavaí, considerada uma das mais tradicionais do interior do Estado. Próximo de 200 mil pessoas marcaram presença no evento que contou com a vitrine rural e a etapa master da PBR Brasil, além de vários shows.

Festa do tomate e aniversário de Reserva

A prefeitura municipal de Reserva, com apoio do Sindicato Rural, realizará durante os dias 26, 27 e 28 de março a 5ª Festa do Tomate. O evento também será em comemoração ao aniversário do município, que completa 89 anos no dia 26. A programação oferece aos visitantes palestras técnicas, exposição de produtos derivados do tomate e também shows de música sertaneja.



De bem com a União Europeia...

>> Os técnicos da UN que visitaram o Brasil em marco ficaram satisfeitos com a visita. O sistema de rastreabilidade agradou e convenceu os europeus que o trabalho está sendo feito. Um alívio diante de tantas dificuldades impostas por eles. A expectativa é que com a mudança nas normas de rastreabilidade as coisas continuem melhorando. Até o momento os europeus estão satisfeitos com as mudancas sugeridas no SISBOV. Realmente um alívio.

...por enquanto

>> A suinocultura ainda não passou no teste. Em auditoria realizada em outubro os europeus não aprovaram as medidas de controle usadas na suinocultura, principalmente com relação à identificação e rastreabilidade dos animais. Mas o problema maior esta na utilização da ractopamina na melhoria da qualidade das carcaças suínas. Apesar de ser liberado no Brasil o produto é proibido na UE, e enquanto nós não tivermos garantias que apenas animais não tratados com ractopamina serão enviados pala lá eles não fecham negócio.

Ela está descontrolada

>> O problema parece não ter fim. Mais um caso de vaca louca foi confirmado pelo Canadá esta semana. É o décimo sétimo caso desde 2003. O animal doente era uma vaca de corte, com 72 meses de idade. E aí está o maior problema, ela iria direto para o prato dos consumidores. Agora a principal preocupação dos produtores é que o caso faça diminuir o consumo interno de carne bovina. No mercado externo eles já estão capengando e com isso as portas se fecham de vez. Em 2009, o Canadá exportou 475 mil toneladas de carne bovina, um terço do que o Brasil exportou.

Vá gostar de carne assim lá em casa!

>> Pois é, e foi em casa mesmo. De acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura (FAO) o consumo de carne no Brasil dobrou nos últimos 25 anos, e é quase o dobro da média mundial. Nós já consumimos mais carne que a União Europeia e o Japão. A preferida é a carne de frango com 39,4 quilos por habitante ano (kg/hab/ ano), seguida pela carne bovina, 37,3 kg/hab/ano e suína 13,5 kg/hab/ano.

Conselho paritário produtores/indústrias de leite do estado do Paraná | CONSELEITE-Paraná

RESOLUÇÃO Nº 03/2010

diretoria do Conseleite-Paraná reunida no dia 16 de março de 2.010 na sede da FAEP, na cidade de Curitiba, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprova e divulga o preço de referência realizado em Fevereiro e a projeção do preço de referência para o mês de Março de 2010.

O preço de referência final do leite padrão para o mês de Fevereiro/2010 calculado segundo metodologia definida pelo Conseleite-Paraná a partir dos preços médios e do mix de comercialização do mês, apresentados pela UFPR, bem como o maior e menor valor de referência, de acordo com os parâmetros de ágio e deságio em relação ao Leite Padrão, contido no Anexo I do Regulamento; e o preço projetado de referência do mês de Fevereiro (contido na Resolução 02/2.010 do Conseleite-Paraná) e as diferenças entre estes valores são apresentados a seguir:

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE) | POSTO PROPRIEDADE* - FEVEREIRO/2010

MATÉRIA-PRIMA	Valores projetados em 23/Fevereiro/2010	Valores finais Fevereiro/2010	Diferença (final - projetado)	
l - Leite acima do padrão - Maior valor de referência	0,6679	0,6780	0,0101	
II - Leite Padrão- Preço de referência	0,5808	0,5896	0,0088	
III - Leite abaixo do padrão - Menor valor de referência	0,5280	0,5360	0,0080	

(*) Observações:

Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite "posto propriedade", o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está inclusa a CESSR (ex-Funrural) de 2,3% a ser descontada do produtor rural

O preço de referência projetado do leite padrão para o mês de Março de 2.010, calculado segundo a metodologia definida pelo Conseleite-Paraná a partir dos preços médios e do mix de comercialização do primeiro decêndio de Março, apresentados pela UFPR, bem como o maior e menor valor de referência, de acordo com os parâmetros de ágio e deságio em relação ao Leite Padrão contidos no Anexo I do Regulamento, e os valores finais de referência do mês de Fevereiro/2.010, são apresentados a seguir:

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE) POSTO PROPRIEDADE - FEVEREIRO/2010 E PROJETADOS PARA MARÇO/2010

MATÉRIA-PRIMA	Valores finais Fevereiro/2010	Valores projetados Março/2010	Diferença (Projetado - final)
I - Leite acima do padrão - Maior valor de referência	0,6780	0,7196	0,0416
II - Leite Padrão - Preço de referência	0,5896	0,6257	0,0361
III - Leite abaixo do padrão - Menor valor de referência	0,5360	0,5688	0,0328

(*) Observações:

Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite "posto propriedade", o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está inclusa a CESSR (ex-Funrural) de 2,3% a ser descontada do produtor rural

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de Março de 2010 é de R\$ 1,2069/litro.

Curitiba, 16 de março de 2010.

RONEI VOLPI Presidente

WILSON THIESEN Vice-Presidente

Produtores rurais têm até dia 31 para renegociar Dívida Ativa da União

Prazo curto para se entender com o Leão



s produtores rurais que têm débitos inscritos na Dívida Ativa da União (DAU), têm o prazo para renegociação e pagamento da primeira parcela do refinanciamento de suas dívidas até o dia 31 de março. Esse prazo é válido apenas para as operações de crédito rural que foram inseridas na Dívida Ativa da União até o dia 30 de novembro de 2009.

Os interessados no refinanciamento devem entrar em contato com o atendimento do Banco do Brasil pelos telefones 4003-0494 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800-880-0494 (demais localidades), para receberem as orientações necessárias de como fazer esse acerto.

A FAEP solicitou a prorrogação do prazo que encerra no próximo dia 31, porém segundo informações da CNA o Ministério da Fazenda está reticente em aceitar um novo prazo.

Diante disso, a orientação é de que a adesão à renegociação deve ser realizada em março pelos produtores rurais que tenham condições.

FAEP debate a polêmica classificação do trigo

Exigências podem tornar cereal inviável

Tma mudança na classificação do trigo prevista para abril poderá reduzir significativamente a próxima safra do cereal. Essa é a avaliação preliminar dos produtores rurais e das cooperativas. A maioria dos produtores já adquiriu os insumos e o plantio está em fase inicial no Paraná.

Essa classificação serve para definir parâmetros para as políticas de apoio à comercialização do governo federal previstas na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e para classificar o trigo importado.

Com os problemas climáticos em 2009, a última safra de trigo foi ruim em qualidade. A Conab apoiou a comercialização de 1,5 milhão de toneladas de trigo no Paraná e 3,4 milhões em todo o Brasil de uma safra de 5 milhões. Uma parte desse trigo foi comprada pelo governo, que não encontra compradores. Eles estão mais exigentes com a qualidade.

Devido a isso, o Ministério da Fazenda pressionou o MAPA para aprovar a nova classificação e garantir recursos na PGPM. Porém, se adotadas imediatamente, essas exigências podem tornar o trigo inviável. Sem garantia de preço mínimo e com a mudança da regra, os produtores terão que avaliar melhor antes de plantar. Se o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo durante o período de comercialização, o produtor que colher um trigo de menor qualidade poderá ficar no prejuízo e sem apoio do governo.

Exigências

O projeto amplia as exigências de qualidade principalmente para fazer a aderência dessa classificação com o mercado. Os novos critérios vão fazer com que uma parcela bem maior de trigo fique abaixo do padrão mínimo de classificação e seja destinada à produção de ração, que vale menos da metade do preço do trigo.

O Paraná e o Rio Grande do Sul são responsáveis por 90% da produção nacional de trigo e o país é deficitário na produção do cereal. Para garantir o abastecimento importa a metade do consumo interno de 11 milhões de toneladas.

Outro problema apontado é que a fixação dos preços mínimos deve ser feita sessenta dias antes da época do plantio em cada região para o planejamento da safra, o que não acontece. No dia 25 de março, a Comissão de Cereais da FAEP se reúne em Curitiba para avaliar a nova classificação do trigo.



As imagens dos Seminários









Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná Av. Marechal Deodoro, 450 - 14o andar Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- ☐ Mudou-se
- ☐ Falecido
- ☐ Desconhecido
- ☐ Ausente
- ☐ Recusado
- ☐ Não procurado
- ☐ Endereço insuficiente
- ☐ Não existe o nº indicado
- ☐ Informação dada pelo porteiro ou síndico

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

⊨m	/	
Em	/	/

Responsável